

Moção 58

Inteligência Artificial, Soberania Digital e Política

Proposta: Que o LIVRE adote uma posição estratégica sobre Inteligência Artificial generativa (IA) e soberania digital assente em três compromissos indissociáveis:

- 1) o **acesso universal** aos modelos de IA generativa como bem comum;
 - 2) a **soberania democrática** sobre as infraestruturas físicas e os modelos de código aberto que nelas correm;
- e

3) a **dignidade do trabalho humano**, sem deixar ninguém para trás, entendendo a IA como ferramenta para potenciar as capacidades, a criatividade e a produtividade das pessoas, nunca para as substituir ou subjugar.

E que mandate as suas estruturas, os seus eleitos e as suas eleitas, a traduzir esta posição em iniciativa política aos níveis autárquico, nacional e europeu.

Preâmbulo: edificar em comum, não erguer Babel

Vivemos uma "mudança de época". Em poucos anos, a IA passou de promessa especulativa a facto material, com consequências económicas, geopolíticas e ecológicas profundas. Negá-lo — isto é, descartá-la como mera bolha — é hoje um risco político próprio. Como nota Rutger Bregman, há vinte anos a negação era um problema da direita perante o clima; hoje, parte da esquerda repete o erro perante a IA, mudando de argumento a cada previsão desmentida.¹

O LIVRE não é nem pode ser um partido de negação, mas também não aceita a narrativa de salvação vendida por um punhado de empresas. Referimo-nos ao "futurismo da IA" de que fala o *Green European Journal*: o sistema de ideias, dominado pela 'Big Tech', que apresenta o avanço tecnológico como inevitável, capaz de resolver tudo sozinho e destinado a superar a inteligência humana.²

A escolha não é entre dizer "sim" ou "não" à tecnologia. É entre **concentrar** este novo poder nas mãos de poucos ou **distribuí-lo** democraticamente; entre uma infraestrutura imposta de fora e uma ancorada no nosso território, nos nossos valores e na nossa energia limpa. A encíclica *Magnífica Humanitas*, de Leão XIV, dá à escolha uma imagem útil: ou erguer uma nova torre de Babel ("a idolatria do lucro, que sacrifica os mais fracos; a uniformidade, que anula as diferenças"), ou reconstruir a cidade pela responsabilidade partilhada e participada por todos.³ É a segunda via que esta moção propõe.

I. O poder, e quem o detém

A primeira questão não é técnica, é de poder. Outrora, eram sobretudo os Estados a dirigir a inovação de fronteira; hoje, os seus principais motores são atores privados, frequentemente transnacionais, com recursos

¹Rutger Bregman, *An Inconvenient Truth About AI*, junho de 2026 — <https://rutgerbregman.substack.com/p/an-inconvenient-truth-about-ai>

²Jonah Schwope e Lena Schröder, *Beyond AI Futurism: A Socio-Ecological Vision for AI*, Green European Journal, novembro de 2025 — <https://www.greeneuropeanjournal.eu/a-socio-ecological-vision-for-ai/>

³Leão XIV, Carta **Encíclica Magnífica Humanitas** — Sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial, 15 de maio de 2026 (cf. §§ 5, 10, 51, 67, 71 e Caps. IV e V).
<https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>

superiores aos de muitos Governos. Um poder tecnológico de identidade inédita, "predominantemente privada" e, por isso, mais difícil de orientar para o bem comum.³

A consequência democrática é direta. Bregman recupera o conceito de "maldição da inteligência" (por analogia com a maldição dos recursos): se as máquinas escrevem o código, redigem os contratos e executam o trabalho, quem as detém deixa de precisar do resto de nós — nem como trabalhadores, nem como contribuintes, nem sequer como eleitores.¹ O contrato laboral, fiscal e social que fundou as democracias modernas corre o risco de se dissolver. E, note-se, partimos já da maior concentração de riqueza da história, que a IA ameaça agravar.

O LIVRE reconhece aqui uma ameaça aos seus valores fundadores: a democracia participativa, a justiça social e o combate aos monopólios. Para lá da reatividade regulatória, a resposta deve conter em si mesma uma disputa pela **agência e soberania democráticas** sobre a infraestrutura e sobre os modelos de linguagem (LLM) que nela correm.

II. A proibição americana e a janela europeia

Em junho de 2026, o Governo dos Estados Unidos, invocando segurança nacional e controlo de exportações, suspendeu de imediato o acesso aos modelos de IA mais avançados da Anthropic (Fable 5 e Mythos 5) a **qualquer cidadão não-americano**, dentro ou fora dos EUA — incluindo os trabalhadores estrangeiros da própria empresa que os desenvolveu.⁴ A empresa contestou a base técnica e chamou-lhe um mal-entendido, mas o ponto político permanece, qualquer que seja o desfecho: **o acesso de toda a Europa aos modelos mais capazes do mundo pode ser cortado de um dia para o outro, por decisão discricionária de Washington.**

Ficar de fora desta corrida é, para a União Europeia, um duplo risco: de quebra abrupta de produtividade e de perda de soberania. Nenhuma empresa, administração pública ou cidadão pode construir o seu futuro sobre uma dependência tão imprevisível. O cenário 'Europe 2031' descreve este mecanismo a tornar-se permanente: um regime que classificará os países por níveis de confiança e racionará o acesso a esta tecnologia, deixando a Europa para trás, com acesso reduzido e mais caro.⁵

Mas onde há ameaça há oportunidade — talvez a única. E a oportunidade europeia não passa por imitar a Califórnia, mas por oferecer o que ela já não pode garantir: **o Estado de direito e a previsibilidade.** A imprevisibilidade e o autoritarismo crescente do poder norte-americano tornam pela primeira vez a Europa num destino atrativo para o **capital humano** da fronteira da IA. Incluindo investigadores e engenheiros que partilham valores democráticos, ecológicos e de Estado de direito — muitos nascidos na Europa e idos para a Califórnia apenas porque era aí que a fronteira se construía, e que agora procuram um lugar estável onde a sua obra não fique refém do humor de um governo pouco fiável.⁷

A Europa detém ainda pontos de estrangulamento reais na cadeia de valor: desde logo a ASML (*Advanced Semiconductor Materials Lithography*), nos Países Baixos, sem cujas máquinas de litografia nenhum chip de fronteira é fabricado⁵. Além disso, a crise de semi-condutores durante e pós-pandemia já tinha levado a Comissão Europeia a criar a iniciativa «Circuitos Integrados para a Europa» desenhada para garantir a soberania e resiliência tecnológica da região, que urge reforçar com vista à aceleração da inteligência artificial.⁶

⁴Anthropic, **Statement on the US government directive to suspend access to Fable 5 and Mythos 5**, 12 de junho de 2026 — <https://www.anthropic.com/news/fable-mythos-access>

⁵Daan Juijn et al., **Europe 2031 — What getting AI wrong means for us** — <https://europe2031.ai/>

⁶Iniciativa «**Circuitos Integrados para a Europa**» é o Pilar 1 do *Chips Act*: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policias/eu-chips-industry/>

Atrair talento alinhado com os nossos valores e usar a alavancagem que ainda detemos é uma estratégia de soberania, não de submissão — e ao serviço do **bem comum público**, não de fortunas privadas.

III. Os bens digitais como bens comuns

Se a concentração é o problema, a partilha é a resposta. A encíclica *Magnifica Humanitas* dá aqui um contributo notável, ao alargar à era digital o princípio clássico da **destinação universal dos bens**. Entre os bens destinados a todos, escreve, devem contar-se agora as novas formas de propriedade: "patentes, algoritmos, plataformas digitais, infraestruturas tecnológicas e dados". Concentrados em poucas mãos, sem partilha adequada, alimentam o fosso entre quem participa na revolução digital e quem fica à margem.³

Traduzido em linguagem laica e progressista: a IA deve ser uma ferramenta acessível a todos, e não privilégio de uma tecno-oligarquia do Vale do Silício. O objetivo é **converter a inteligência de ativo estratégico racionado em infraestrutura — como as estradas e a eletricidade —, acessível a todos a baixo custo**.⁷ O *Green European Journal* aponta os instrumentos²:

- Combater a concentração com regras de concorrência e interoperabilidade;
- Investir em modelos de *commons* de dados (como o projeto DECODE, em Barcelona);
- Construir alternativas públicas — *compute* público, dados abertos e modelos abertos (*a public AI stack*) —, que não suprimem a inovação privada mas reequilibram o ecossistema a favor do bem comum.

Urge aplicar o princípio da subsidiariedade à revolução digital: a instância superior deixou de ser o Estado e passou a ser um punhado de plataformas que definem as condições de acesso e visibilidade. Essas condições têm de ser **democraticamente definidas** e sujeitas a transparência algorítmica, a auditorias independentes, e ao acesso equitativo e aberto aos dados.

IV. Trabalho, dignidade e as novas formas de escravatura

O medo mais imediato das pessoas é o do desemprego. O LIVRE enfrenta-o de frente, sem alarmismo nem negação.

A encíclica é clara: o valor da pessoa não depende do que produz, e é "particularmente perigosa" a ideologia que mede o mérito pela eficiência, reduzindo o ser humano a um recurso a explorar.³ É esta a fronteira ética que está a ser testada com a expansão generalizada da IA, e que nos separa da visão dominante no Vale do Silício. Quando o CEO da Microsoft, Satya Nadella, propõe que cada empresa inscreva no balanço, lado a lado, "capital humano" e "capital de *tokens*"⁸ enquanto medidor da capacidade de consumir computação de IA como ativo, enuncia uma equivalência que recusamos na sua forma crua; o próprio admite que haverá "deslocação real" de emprego. O LIVRE, afirmamos o oposto: o 'capital de *tokens*' só é legítimo quando **amplifica** o capital humano: a criatividade, o discernimento, a relação, o cuidado. Nunca quando o substitui para o descartar.

O *Europe 2031* mostra o que acontece quando se deixa a questão ao mercado: empresas encurraladas, a pagar trabalhadores cujo trabalho é feito por agentes, sem se poderem reorganizar nem lhes dar um futuro digno; o pior mercado de trabalho para jovens diplomados em memória viva; e, do outro lado, uma minoria que delega

⁷Pedro Santa Clara, *The Monopoly of Intelligence (junho de 2026) e Portugal's Strategic Play in AI* — <https://www.linkedin.com/pulse/monopoly-intelligence-pedro-santa-clara-jzqge/>

*[Ler criticamente: PSC tem uma visão neo-liberal do problema, desprezando o *AI Act* e a necessidade urgente de regulação; não menciona uma linha sobre energia e ecologia; e a confiança cega do autor nos mercados negligencia os impactos desta transformação no mercado de trabalho e na necessidade de protecção dos mais vulneráveis que ficarão sem acesso a esta tecnologia.]

⁸*Hard Fork, Satya Nadella on Microsoft's OpenAI Deal, Xbox's Reset and the A.I. Economy*, Conceito de "human capital vs. token capital": <https://youtu.be/zqEZyHkXgh0?si=EURWn44xhoDhILN5>

tudo nos agentes e "vai cuidar do jardim"⁵. A encíclica nomeia o risco com dureza, ao dedicar um capítulo inteiro à dignidade do trabalho na transição digital, à ameaça do desemprego e às "novas formas de escravatura"³.

A resposta progressista não é travar a tecnologia. Isso não funciona, apenas a desloca para onde há menos direitos¹. **A solução passa por garantir que os ganhos de produtividade são partilhados.** Bregman recorda que a semana de quinze horas prevista por Keynes para 2030 era tecnicamente alcançável há décadas, mas não aconteceu porque os ganhos foram capturados pelo capital¹. Os instrumentos existem: um modelo de *flexicurity* à dinamarquesa (seguro de rendimento, requalificação e apoio real a quem é deslocado)^{5,9}, financiado por um **'Fundo para a Transição Tecnológica'** alimentado por **taxar os grandes lucros dos centros de dados e os que advêm da automação**¹⁰, fazendo a riqueza da IA financiar a transição justa de quem por ela é afetado. É a tradução concreta de uma posição que o LIVRE já defende: políticas baseadas em evidência, do Rendimento Básico Incondicional ao piloto da semana de quatro dias.

V. Soberania sobre a infraestrutura física e os seus limites ecológicos

Não há soberania digital sem soberania sobre o **substrato material** da IA. Como mostra Kate Crawford, a IA não é "código e servidores": é um sistema sócio-material sustentado por infraestruturas de dados, trabalho e **energia**, com extração desigual a recair sobre o 'Sul Global'². Quem não controla a energia, os *chips*, as baterias e os *data centers* não controla os modelos que neles correm.

Aqui está a contribuição mais original e mais difícil que o LIVRE pode dar. Os defensores da "construção a todo o custo" têm razão num ponto: a Europa tem sido boa a regular e má a construir. E, abandonar o terreno é entregar o futuro a autocracias e oligarquias⁵. Mas a aceleração cega de *data centers* movidos a fósseis contradiria o Pacto Ecológico Europeu e arriscaria um "bloqueio de CO₂"². A síntese ecossocialista é clara: **construir — mas em comum, com energia renovável, e sob o princípio da proporcionalidade**, segundo o qual o custo ecológico da IA tem de ser justificado pelo valor público que gera. Em concreto, a infraestrutura europeia de IA deve ser:

- **Alimentada a renováveis**, articulada com a aceleração da energia limpa e o reforço das redes elétricas, recusando que a procura da IA sirva de pretexto para prolongar a dependência fóssil ou nuclear, ou para a destruição da paisagem e dos ecossistemas;
- **Soberana na cadeia de valor**, com capacidade europeia em *chips*, baterias e armazenamento de energia, protegendo e expandindo as áreas de estrangulamento estratégico que a Europa ainda detém;
- **Ancorada juridicamente em solo europeu**, em jurisdições que Washington ou Pequim não possam comandar de um dia para o outro, com licenciamento ágil mas ambientalmente exigente;

⁹**Philippe Aghion (Nobel da Economia 2025) sobre IA e mercado de trabalho.** Em conferência em Barcelona, o economista — definindo-se como "otimista cauteloso" — defendeu que a IA destruirá empregos numa fase inicial mas poderá criar ocupações e impulsionar o crescimento *desde que os governos adotem políticas públicas de transição adequadas*, alertando que "a destruição de postos de trabalho pode ocorrer antes de se começar a criá-los". Sublinhou o papel central da educação, uma regulação "inteligente" que promova a concorrência e impeça a concentração de mercado pelas grandes empresas, e maior financiamento europeu à inovação (incluindo incentivos para canalizar as poupanças europeias para empresas locais). Lusa, em *Comunidade Cultura e Arte* (16 jun. 2026) — <https://comunidadeculturaearte.com/nobel-da-economia-philippe-aghion-defende-que-governos-devem-adotar-politicas-publicas-perante-impacto-da-ia-no-mercado-de-trabalho/>

¹⁰LIVRE, Proposta **Trabalhar com Futuro** [em resposta ao Pacote Laboral da Ministra do Trabalho Maria do Rosário Palma Ramalho do Governo de Luís Montenegro]:

Transição tecnológica: proteger, modernizar e requalificar — Fundo para a Transição Tecnológica e taxa sobre os grandes lucros dos centros de dados e da automação.

<https://www.youtube.com/shorts/VgOXisJXWJM>

- **Orientada por missão e não por mercado**, condicionando o financiamento público a objetivos sociais, democráticos e ecológicos — o "direcionismo" da IA, por oposição ao aceleracionismo².

A soberania digital não se esgota, porém, na inteligência artificial.

Hoje, uma parte substancial dos serviços do Estado e da administração pública corre sobre software proprietário e fechado (*closed source*), licenciado a um punhado de gigantes tecnológicas, quase todas norte-americanas ou asiáticas, **num quadro de declínio das alternativas europeias**.

Esta dependência é, em si mesma, um ponto crítico de operação. O mesmo poder que, por decreto, desligou da noite para o dia o acesso a um modelo de IA, pode a qualquer momento transformar uma licença de *software* numa moeda de troca geopolítica — como, aliás, ilustra o caso do Tribunal Penal Internacional, que, depois do seu procurador ter perdido o acesso ao email na sequência de sanções dos EUA, migrou para a suite aberta openDesk¹¹.

A resposta é a mesma que esta moção defende para os modelos de IA: priorizar alternativas abertas (*open source*) e de tutela europeia pela sua transparência, robustez, correção mais rápida de vulnerabilidades, proteção de dados e ausência de dependência de fornecedor — com o benefício acrescido, caro a este capítulo, de uma maior eficiência energética. Não é utopia:

- O estado de Schleswig-Holstein na Alemanha migrou cerca de 30.000 postos da administração pública para Linux, LibreOffice e Nextcloud, invocando soberania, segurança e sustentabilidade¹²;
- A França ordenou em 2026 a passagem dos seus ministérios a soluções abertas, em torno da suite soberana «*La Suite numérique*»;¹³
- E os ministros europeus consagraram a ligação entre código aberto, soberania digital e democracia na Declaração de Berlim.¹⁴

O LIVRE deve continuar a fazer seu este caminho, prosseguindo esta adoção de ferramentas de código aberto no seu próprio funcionamento interno e através das ferramentas colocadas ao dispor dos seus eleitos.

VI. Governar o risco, não o passaporte

¹¹**Tribunal Penal Internacional** → **openDesk**. Em 2025, na sequência de sanções dos EUA (Ordem Executiva 14203) a responsáveis do TPI, o procurador Karim Khan ficou sem acesso à sua conta de email da Microsoft — facto reportado pela Associated Press, que a Microsoft negou ao afirmar não ter suspenso serviços ao Tribunal; o TPI confirmou a migração para a suite de código aberto openDesk (ZenDiS, Alemanha). *The Register* (31 out. 2025) — https://www.theregister.com/2025/10/31/international_criminal_court_ditches_office/; *Computer Weekly* (mai. 2025) — <https://www.computerweekly.com/opinion/Microsofts-ICC-email-block-reignites-European-data-sovereignty-concerns>

¹²**Schleswig-Holstein (Alemanha)**. A região está a migrar cerca de 30 000 postos de trabalho da administração pública do software da Microsoft para Linux, LibreOffice e Nextcloud, invocando soberania digital, segurança e sustentabilidade, e reinvestindo localmente as poupanças de licenciamento; em finais de 2025, perto de 80% já tinham transitado. *The Register* (4 abr. 2024) — https://www.theregister.com/2024/04/04/germanys_northernmost_state_ditches_windows/; Open Source Observatory, Comissão Europeia — <https://interoperable-europe.ec.europa.eu/collection/open-source-observatory-osor>

¹³**França — DINUM e «La Suite numérique»**. A 8 de abril de 2026, a Direção Interministerial do Digital (DINUM) ordenou a migração dos postos de trabalho do Estado do Windows para Linux e a eliminação da dependência de software norte-americano, devendo cada ministério apresentar o seu plano até ao outono de 2026; a suite soberana de produtividade «La Suite numérique» (com ferramentas como Tchap e Visio, em código aberto) é a alternativa designada. *The Next Web* (8 mai. 2026) — <https://thenextweb.com/news/france-linux-windows-migration-digital-sovereignty>

¹⁴**Declaração de Berlim (2020)**. Os ministros responsáveis pela administração digital dos Estados-Membros da UE associaram as soluções de código aberto interoperáveis à soberania digital, aos direitos fundamentais e aos valores democráticos. Declaração de Berlim sobre a Sociedade Digital e o Governo Digital Assente em Valores (8 dez. 2020); Open Source Observatory, Comissão Europeia — <https://interoperable-europe.ec.europa.eu/collection/open-source-observatory-osor/news/open-source-digital-sovereignty-and-interoperability>

A preocupação com a segurança é legítima. A IA de fronteira pode dar vantagem a quem procura criar um agente patogénico, montar um ciberataque catastrófico, alimentar a máquina de guerra com armas autónomas, ou corroer a democracia através de desinformação em massa, manipulação e divisão social. Mas a lição da diretiva americana é precisamente esta: **não se gere este risco racionando a inteligência por nacionalidade**.

O mundo mais perigoso não é aquele em que a IA mais poderosa está amplamente disponível, mas aquele em que **um único país detém o monopólio da inteligência superior**⁷. Para uma tecnologia de uso geral, a segurança vem da **pluralidade, não da escassez**: não se "despublica" um número nem se retiram pesos que já estão em milhões de discos. Múltiplos modelos, *developers* e jurisdições, auditando-se mutuamente, são mais seguros do que um líder único, pois garante que nenhum ator pode então manter o resto do mundo refém das suas decisões de acesso, nem nenhum ponto único de falha se torna um risco civilizacional. O mesmo princípio que torna perigoso um ponto único de controlo numa rede elétrica, num sistema financeiro ou numa constituição, vale também para a inteligência artificial.

Daqui, decorrem duas posições do LIVRE:

- **Governar a capacidade perigosa, não o passaporte.** Os riscos reais geram-se ao nível do uso — salvaguardas, monitorização, responsabilização (*liability*) e o trabalho técnico de alinhamento e recusa —, e através de **regulação internacional vinculativa** dos vetores genuinamente catastróficos — agentes patogénicos, ciberataque, **armas autónomas letais**, e **desinformação em massa, manipulação e corrosão das democracias** (incluindo os algoritmos que tornam as plataformas divisivas).² Não se reduz o risco de pandemia proibindo estrangeiros de usar um modelo que escreve textos e corrige código.
- **Financiar uma diversidade de modelos abertos**, e não um único campeão nacional que apenas recria o monopólio com outra bandeira.⁷

A soberania europeia faz-se com pluralismo, não com um novo monopólio de bandeira azul-e-estrelas.

VII. Princípios orientadores

Decorrem do exposto seis princípios, alinhados com os valores fundadores do LIVRE — ecologia, justiça social, democracia participativa, antimonopólio e europeísmo progressista:

1. **A IA tem de ser uma ferramenta ao serviço das pessoas**, para potenciar a criatividade e a produtividade humanas, nunca para as substituir ou descartar.
2. **Acesso universal**: os modelos, os dados e as infraestruturas são bens com destinação universal, Não se podem tornar privilégios concentrados.
3. **Soberania democrática** sobre a infraestrutura física e sobre os modelos que nela correm, com agência efetiva dos cidadãos e das suas instituições.
4. **Dignidade do trabalho**: os ganhos de produtividade pertencem a todos. Ninguém é descartável na transição digital — e ninguém pode ser privado das ferramentas de IA que lhe permitem reajustar mais depressa às transformações no mercado de trabalho.
5. **Pluralismo como segurança**: a segurança nasce de muitos modelos, *developers* e jurisdições que se vigiam entre si, não da concentração do poder computacional em poucas mãos.
6. **Proporcionalidade ecológica**: nenhuma capacidade de IA se constrói à custa dos limites planetários.

Parte resolutive

O XVII Congresso do LIVRE delibera:**No plano europeu e dos Verdes Europeus**

1. Defender a criação de uma **infraestrutura pública europeia de IA**: *compute*, dados e uma **diversidade de modelos abertos** (não um campeão único que recrie o monopólio com outra bandeira), alimentada a energia renovável e governada democraticamente — como contrapeso à dominação privada e à dependência externa;
2. Apoiar uma política de inovação **orientada por missão**, que condicione o financiamento público a objetivos de descarbonização, economia circular e resiliência democrática, em vez de o canalizar cegamente e sem critérios para a corrida à AGI (*Artificial General Intelligence*);
3. Promover junto dos Verdes Europeus e de aliados como o Canadá, o Japão e a Coreia do Sul, uma **coligação de potências médias democráticas** que use a alavancagem na cadeia de valor para garantir acesso, fixar normas e exigir transparência;
4. Defender que a Europa **atraia talento de fronteira** alinhado com os seus valores, fazendo do Estado de direito e da previsibilidade o seu trunfo, e transformando a imprevisibilidade do poder norte-americano e opacidade do poder chinês em liderança democrática europeia na IA;
5. Defender a **regulação internacional vinculativa dos usos catastróficos da IA** — agentes patogénicos, ciberataque, armas autónomas letais e desinformação em massa —, governando a capacidade perigosa e não a nacionalidade de quem a ela acede.

No plano nacional (Assembleia da República e Governo)

6. Criar um **Fundo para a Transição Tecnológica**¹⁰, financiado pela tributação **dos grandes lucros dos centros de dados e dos ganhos de produtividade que advém da automação e da acumulação de riqueza potenciada pela Inteligência Artificial**, para (a) proteger, modernizar e requalificar quem é afetado pela transição digital⁹ e (b) financiar a construção da infra-estrutura de suporte à cadeia de valor da IA;
7. Defender uma **transição justa** aos trabalhadores afetados pela automação, assente **na segurança, formação e valorização de quem trabalha**, e nunca na desregulação de quem emprega: um rendimento de substituição robusto durante a transição, o direito efetivo a requalificação e formação ao longo da vida, o acesso universal às ferramentas de IA, e o reforço da contratação coletiva e da representação dos trabalhadores nas empresas dos setores beneficiados pela IA. Esta segurança, financiada pelo **Fundo para a Transição Tecnológica**, é necessária e é o que torna a transição tecnológica uma realidade desejável ao contrário das propostas que confundem "flexibilidade" com a facilitação do despedimento e o enfraquecimento da proteção laboral;
8. Defender a **transparência algorítmica**, auditorias independentes e acesso equitativo aos dados e critérios-chave do modelo, ainda que respeitando o direito à privacidade comercial das grandes plataformas, e aplicar com firmeza as regras de concorrência contra a concentração monopolista - Garantindo que, no Estado e na Administração Pública, qualquer ferramenta de Inteligência Artificial utilizada obedece a critérios rigorosos de transparência algorítmica e de armazenamento de dados, a operar dentro da União Europeia, com qualquer tomada de decisão a ter uma intervenção final humana;
9. Exigir que qualquer nova construção de *data centers e expansão dos existentes* em curso no território nacional seja **condicionada a energia renovável adicional** e a critérios de proporcionalidade ecológica, e ancorada juridicamente em solo nacional/europeu;

10. Envolver a Academia e investir em **Investigação e Desenvolvimento** para alcançar soberania nacional na infraestrutura e nos modelos abertos que nela correm;
11. Promover a **literacia e a soberania digital** dos cidadãos, não só competência técnica (*know-how*), mas a compreensão das implicações (*know-why*) e a capacidade de decidir coletivamente que futuros queremos (*know-what*).²

No plano autárquico

12. Adotar e promover, no funcionamento interno do LIVRE e na ação dos seus eleitos na administração local, **modelos e ferramentas de código aberto**, auditáveis e, sempre que possível, de tutela europeia. sob estruturas claras de responsabilização e governação com gestão auditável, registo das operações e supervisão humana das decisões apoiadas por estas ferramentas, as tecnologias em questão devem estar ao serviço da participação, da transparência e da decisão informada, tratando a governação da tecnologia como questão democrática e não meramente técnica;
13. Dar continuidade ao trabalho de **ciência de dados ao serviço do bem comum** já existente no partido, garantindo proteção de dados, fiscalização e acesso aberto às ferramentas de visualização¹⁵.

Proponentes

- Francisco Costa

Subscritores

- Francisco Costa
- André Bonito Ferreira
- Pedro A. Pinheiro
- Teresa Alves
- Alexandre Santos Rodrigo
- Tomás Horta
- Maria Esteves Pereira
- Safaa Dib
- André Wemans
- Diogo Mota Duarte
- Constança Rocha
- Tiago Silveira
- Pedro Vale
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Carlos M. G. L. Teixeira
- Nurin Mirzan
- André Dias
- Paulo Muacho

¹⁵ **Ciência de Dados, Estatística e Política**, Moção de Carácter Específico ao XIV Congresso do LIVRE — <https://partidolivre.pt/wp-content/uploads/2019/04/Mocao-12.pdf>

- Patricia Gonçalves
- Sílvia Pais
- Pedro Mendonça
- Rúben Vieira
- André Tenente
- Sílvia Vilas
- Mafalda Dâmaso
- Paulo F Dias
- Pedro Martins